

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

CONSELHO DE MINISTROS
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/311 (X)
Original: Francês

RELATÓRIO SOBRE A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELOS HIDROCARBONETOS
(PETRÓLEO E GÁS)

RELATÓRIO SOBRE A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELOS HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)

I. INTRODUÇÃO

1. Durante a Sétima Cimeira da União Africana realizada em Banjul, Gâmbia, em Julho de 2006, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram a Decisão Assembly/AU/Dec. 132 (VII) sobre a proposta de criação, no seio da União Africana, de um Fundo Africano do Petróleo para colmatar as consequências da subida do preço do petróleo nos países africanos pobres e a coordenação das políticas africanas do sector do petróleo. Esta decisão solicita igualmente à Comissão da União Africana para elaborar uma estratégia detalhada para a cooperação e solidariedade entre os países africanos produtores e não-produtores de petróleo.

2. É no quadro da implementação desta decisão que a Comissão organizou, no Cairo, Egipto, de 11 a 14 de Dezembro de 2006, a Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos subordinada ao tema: **“Rumo a uma Segurança Petrolífera Africana Sustentável através da Cooperação e da Solidariedade”**. A reunião ministerial foi precedida por uma sessão preparatória de peritos, realizada de 11 a 13 de Dezembro de 2006.

3. Esta Conferência foi uma oportunidade para que os Ministros analisassem os resultados dos estudos sobre o impacto dos preços elevados do petróleo e do gás natural sobre as economias africanas e sobre os mecanismos e as modalidades operacionais de criação e de funcionamento de um Fundo Africano do Petróleo, estudos que a Comissão realizou em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento.

4. O objectivo principal da Conferência era adoptar, por um lado, estratégias com vista à promoção da cooperação e da solidariedade entre os países africanos produtores de petróleo e de gás e os não-produtores e, por outro, os mecanismos do Fundo Africano do Petróleo, destinado a dar assistência aos países não-produtores de petróleo para poderem suster os choques petrolíferos e facilitar o financiamento das suas importações petrolíferas.

II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA

5. A Conferência do Cairo contou com a participação de trinta e três (33) Estados-membros, a saber: África do Sul, Argélia, Benin, Burundi, Camarões, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Maurícias, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe.

6. Estes trabalhos contaram igualmente com a participação dos representantes das organizações seguintes: Comissão Africana da Energia (AFREC), Associação dos

Países Produtores de Petróleo (APPA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comunidade Económica dos Estados da África Oriental e Austral (COMESA).

7. Com a finalidade de orientar os trabalhos desta Conferência, foi eleita a mesa abaixo designada:

- Presidente: Egipto (África do Norte)
- 1º Vice-presidente: Zimbabwe (África Austral)
- 2º Vice-presidente: Maurícias (África Oriental)
- 3º Vice-presidente: Guiné Equatorial (África Central)
- Relator: Senegal (África Ocidental)

III. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O SECTOR DOS HIDROCARBONETOS EM ÁFRICA

8. À luz das diferentes análises e avaliações realizadas sobre o sector dos hidrocarbonetos em África e no mundo, a situação deste sector sobre o continente apresenta-se resumidamente como se segue:

- A África é rica em hidrocarbonetos e estrategicamente bem situada em relação às principais regiões do mundo consumidoras de petróleo e de gás;
- Consta-se uma grande concorrência em relação ao petróleo africano motivado por uma procura acentuada dos intervenientes asiáticos que estão igualmente dispostos a investir consideravelmente para o desenvolvimento das imensas reservas de petróleo e gás em África, no contexto da sua estratégia de equilíbrio geopolítico e da diversificação de abastecimento;
- O preço do barril de petróleo aumentou cerca de 40 \$EU, em 2004 para 70,85 EU, o barril, em Agosto de 2005. Este preço atingiu o recorde de 78,4 \$EU, por barril, a 14 de Julho de 2006. Mais recentemente, o preço do petróleo baixou cerca de 20% e era comercializado em cerca de 60 \$EU, o barril.
- Nós não contamos que o preço do petróleo atinja os mesmos níveis que antes de 2004 considerando que o preço elevado deve-se principalmente à procura acentuada da parte dos países da Ásia Oriental, sobretudo a China e a Índia.
- O preço elevado do petróleo constitui um desafio maior para os países importadores, particularmente os países africanos pobres, pois pode atenuar ou pôr em causa os seus progressos económicos, com graves consequências de ordem financeira. Com efeito, o impacto dos preços elevados do petróleo pode ser muito nefasto nos países que dependem excessivamente do petróleo e/ou do gás e bastante endividados, uma situação que caracteriza um grande número de economias africanas.

- Em compensação, o preço elevado do petróleo representa um maná inestimável para os países produtores de petróleo.
- O mau estado e a insuficiência da infra-estrutura de energia regional e intra-regional agravaram as despesas de abastecimento interno, principalmente nos países encravados.
- Os produtos petrolíferos refinados em África são produzidos principalmente em pequenas refinarias ineficazes, mal conservados e de tecnologia ultrapassada. Além disso, a qualidade destes produtos não satisfaz as normas internacionais.
- Contudo, a exploração do petróleo e de gás constitui uma das maiores causas dos problemas económicos, sociais, políticos e ecológicos em alguns países exportadores de petróleo. Com efeito, os principais indicadores económicos e sociais parecem provar que os rendimentos petrolíferos não puderam sustentar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável neste país.
- O desafio para os países exportadores de petróleo e de gás consiste em controlar a sua riqueza em petróleo de maneira duradoira. Ao qual são ligadas as questões de governação e de gestão transparente e eficiente de importantes rendimentos do sector do petróleo e do gás para o crescimento e desenvolvimento.

9. A União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento têm funções estratégicas complementares a desempenhar para que o futuro da energia e do desenvolvimento de África seja um êxito. Isso passa nomeadamente, pela criação de uma política continental de desenvolvimento do sector energético em geral e dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), em particular, para racionalizar e rentabilizar os recursos a médio e longo prazos para uma segurança do sector petrolífero sustentável, como componente de uma política africana de segurança energética.

IV. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA COM VISTA A ATENUAR OS EFEITOS DOS PREÇOS ELEVADOS DO PETRÓLEO, RENTABILIZAR AS RECEITAS PETROLÍFERAS DOS PAÍSES PRODUTORES, AUMENTAR E MELHORAR QUALIDADE DOS PRODUTOS PETROLÍFEROS

10. O Plano de Acção adoptado pela Conferência indica as principais orientações relativas aos quatro aspectos seguintes:

- **Medidas para atenuar os efeitos do preço elevado do petróleo:** Criação do Fundo Africano do Petróleo e promoção dos grandes projectos integradores (gasodutos, oleodutos, refinarias regionais, prospecção e exploração de jazigos petrolíferos transfronteiriços);
- **Rentabilização das receitas petrolíferas dos países produtores:** Reforço de capacidades de elaboração e de negociação de contratos, de

acompanhamento e de controlo de prospecção e de exploração petrolíferas, reforço da cooperação entre países africanos e promoção da pesquisa e da exploração petrolífera;

- **Aumento da quantidade e melhoramento da qualidade dos produtos petrolíferos:** Realização e expansão das refinarias existentes, bem como a construção de novas a nível regional, construção de entrepostos agrupados e melhoramento de sistemas de distribuição de produtos petrolíferos;
- **Elaboração de políticas e de estratégias continentais de desenvolvimento do sector dos hidrocarbonetos e do sector das energias novas e renováveis nomeadamente os biocarburantes.**

11. Na Declaração designada “Declaração do Cairo” sobre a cooperação e solidariedade africanas em matéria de hidrocarbonetos, os Ministros, entre outras:

- a) Solicitam à Comissão da União Africana a:
 - Implementar todas as medidas necessárias para a operacionalização do Fundo Africano do Petróleo, o mais breve possível, incluindo a inclusão do estudo em curso, em colaboração com o BAD e comunicar aos Estados-membros os documentos referentes;
 - Trabalhar para promover a cooperação entre as sociedades e companhias petrolíferas do continente, tanto ao nível das actividades o montante que a jusante com vista à troca de experiências para um maior domínio do sector;
 - Definir e implementar estratégias de desenvolvimento das energias próprias e renováveis, em particular dos biocarbonetos;
 - Criar um quadro adequado para estudar e resolver os problemas ecológicos ligados aos hidrocarbonetos em África, particularmente a poluição marinha e outros tipos de poluição;
- b) Decidem que a gestão dos recursos e das actividades do Fundo Africano do Petróleo seja confiada ao Banco Africano de Desenvolvimento;
- c) Exortam à Comissão da União Africana a definir uma estratégia para reforçar as capacidades dos países africanos na elaboração e negociação dos contratos petrolíferos, bem como no acompanhamento das actividades das companhias petrolíferas que operam em África, com vista a aumentar as receitas dos países africanos produtores de petróleo;

- d) Comprometem-se em:
- Criar entrepostos regionais agrupados para melhorar o abastecimento e distribuição de produtos petrolíferos nos países não-produtores nomeadamente encravados;
 - Promover os projectos regionais integradores de gasodutos, de oleodutos e de refinarias regionais, bem como a prospecção e exploração conjuntas dos jazigos petrolíferos transfronteiriços; e acordar-lhes prioridade ao nível dos nossos governos respectivos;
 - Colaborar com a Conferência dos Ministros responsáveis pelo Meio Ambiente (AMCEN) com vista a promover a utilização e valorização dos recursos em petróleo e em gás natural, zelando para que o seu impacto seja minimizado sobre o meio ambiente e também com os Ministros responsáveis pelo Comércio sobre os aspectos relativos aos preços dos produtos petrolíferos.
- e) Propõem criar, sob a égide da Comissão da União Africana, a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos como órgão central de coordenação continental das políticas e estratégias em matéria de hidrocarbonetos;
- f) Congratulam-se pela oferta da República Árabe do Egipto de criar, no Ministério do Petróleo, no Cairo, um Departamento de Ligação por forma a dar assistência à Comissão da União Africana e aos Estados-membros, sem incidência financeira, nas actividades relativas ao sector dos hidrocarbonetos, incluindo a implementação do Plano de Acção adoptado pela Conferência.

V. RECOMENDAÇÕES

12. Tendo em conta a necessidade imperiosa e a urgência de organizar a cooperação e solidariedade africanas em matéria de hidrocarbonetos adoptado, nomeadamente, os mecanismos e modalidades operacionais do Fundo Africano do Petróleo, a Assembleia é convidada a:

- Tomar nota do relatório da Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás);
- Felicitar os Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás) pela sua avaliação pertinente quanto ao impacto da subida dos preços do petróleo sobre as economias africanas e a adopção dos mecanismos e modalidades operacionais do Fundo Africano do Petróleo, bem como o Plano de Acção;
- Adoptar a Declaração do Cairo dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás);

- Solicitar à Comissão da União Africana:
 - para implementar todas as medidas necessárias para a operacionalização do Fundo Africano do Petróleo, o mais breve possível, incluindo a inclusão do estudo em curso e de comunicar aos Estados-membros os documentos referentes;
 - elaborar políticas e estratégias para o desenvolvimento das energias próprias novas e renováveis, particularmente os biocarbonetos como solução alternativa aos hidrocarbonetos.
- Além disso, solicitar à Comissão, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão Africana de Energia (AFREC), as Comunidades Económicas Regionais (CERs), os Estados-membros e a Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA) a não pouparem esforços para que o Plano de Acção seja concretizado;
- Por fim, solicitar ao Presidente da Comissão a submeter um relatório de actividades sobre a implementação do Plano de Acção na próxima Assembleia da União Africana.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/311(X)
Anexo 1

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS DOS
HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
11 - 15 DE DEZEMBRO DE 2006
CAIRO, EGÍPTO**

AU/EXP/OG/Rpt (I)

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS PERITOS

I. INTRODUÇÃO

1. Uma reunião de peritos teve lugar no Cairo (Egipto) de 11 a 13 de Dezembro de 2006 em sessão preparatória da Primeira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis dos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás).

II. PARTICIPAÇÃO

2. As sessões de trabalho contaram com a participação de delegados dos trinta e três (33) países africanos seguintes: África do Sul, Argélia, Benin, Burundi, Camarões, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Guiné-Equatorial, Maurícias, Quênia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Namíbia, Níger, Nigéria, Uganda, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe.

3. As sessões de trabalho contaram igualmente com a participação dos representantes das organizações continentais seguintes: Comissão Africana de Energia (AFREC), Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Secretariado dos Estados da África do Leste e Austral (COMESA), e o Secretariado da NEPAD.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

4. Após a apresentação do Director do Departamento de Infraestruturas e Energia da Comissão da União Africana sobre o tema da Conferência e a orientação dos estudos realizados em conjunto pela União Africana, a cerimónia de abertura foi marcada pelos discursos do Secretário Executivo da Associação dos Países Africanos Produtores do Petróleo (APPA), do Secretário Adjunto no Ministério do Petróleo da República Árabe do Egipto e do Comissário das Infra-estruturas e da Energia da Comissão da União Africana.

Alocação do Secretário Executivo da Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA)

5. Na sua alocação, o Secretário Executivo da Associação dos Países Africanos Produtores (APPA) de Petróleo agradeceu ao Governo e ao povo do Egipto pelos incansáveis esforços em acolher esta reunião bem como a participação activa de todos os participantes na Reunião de Peritos e na preparação desta Conferência.

6. É de notar que África confronta-se com grandes desafios de melhorar a qualidade de vida da sua população através da erradicação da pobreza, da promoção da governação da consolidação da paz e do combate à pandemia do HIV/SIDA. A este respeito, ele salientou que muitos países africanos estão desviados do rumo certo e não estão á altura de alcançar os Objectivos do Milénio de Desenvolvimento (OMD). Ele acrescentou que esta Conferência constitui uma oportunidade para contribuir para o processo do desenvolvimento da África.

7. Quanto às oscilações dos preços do petróleo e seu impacto nas economias dos países africanos, ele sublinhou que esta situação deveria ser encarada muito mais como uma oportunidade do que propriamente como um desafio. Salientou ainda a necessidade de se dar uma oportunidade aos países africanos de planificarem a via a seguir em vez de dependerem sempre da ajuda externa.

8. Ele indicou que a APPA está preparada para apoiar estas organizações e instituições existentes numa série de questões ligadas ao sector petrolífero. Ele saudou de novo a iniciativa da UA em trabalhar estreitamente em conjunto com a APPA no sentido de solucionar a questão do aumento dos preços do petróleo.

Alocução do Secretário-adjunto responsável pelos Assuntos de Produção no Ministério Egípcio do Petróleo

9. Na sua alocução, o Secretário Adjunto do Egipto, responsável pelas questões de Produção no Ministério do Petróleo desejou as boas-vindas aos delegados dos Países membros da União Africana e transmitiu aos participantes as saudações do Ministro Egípcio do Petróleo ausente. Além disso, ele salientou a capacidade de África de ultrapassar as dificuldades ligadas à variação de preços de petróleo pela via de cooperação. Para esse efeito, o Egipto disponibilizou-se em aderir e prestar a sua contribuição. Em seguida, saudou a iniciativa tomada pela União Africana em ter escolhido o Egipto como país anfitrião da Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis dos hidrocarbonetos.

Discurso de Sua Excelência Dr. Bernard ZOBA, Comissário das Infraestruturas e da Energia na Comissão da União Africana

10. Primeiramente, o Comissário salientou a importância da energia para o continente africano realçando as diversas reuniões e Conferências organizadas tanto ao nível Regional como Continental durante este mês de Dezembro de 2006 subordinado ao tema da energia e às quais a União Africana foi convidada.

11. Ele evocou resumidamente as acções prioritárias retidas pela Comissão da União Africana no quadro do seu Plano Estratégico de 2004 – 2007 em matéria de energia a saber:

- elaboração de uma política e estratégias para o desenvolvimento da energia eléctrica em África;
- preparação de uma política continental em matéria de petróleo e de gás;
- elaboração de um Plano Director continental permitindo a integração das infra-estruturas da energia eléctrica; e enfim

- apoio à realização dos grandes projectos regionais e continentais integrados contidos no Programa Farol “União Africana/NEPAD” entre os quais o projecto de gaseduto Nigéria-Argélia e o projecto hidroeléctrico do Grande Inga.

12. Relativamente à questão dos Hidrocarbonetos, ele sublinhou o papel primordial que o petróleo desempenha no quadro do abastecimento em energia do continente africano bem como a conjuntura actual caracterizada pelos preços elevados dos produtos petrolíferos, que constitui preocupação maior das Altas Autoridades Africanas.

13. A este respeito, ele lembrou a Decisão da última Cimeira da União Africana realizada em Banjul (Gâmbia) em Julho de 2006 relativa à criação, no seio da União Africana, de um Fundo para atenuar os efeitos nefastos do aumento do preço do petróleo nos países africanos pobres e a coordenação das políticas africanas em matéria de petróleo e gás.

14. Aliás, no quadro desta Decisão a Comissão da União Africana deveria elaborar uma estratégia detalhada para a cooperação e solidariedade entre os países africanos produtores de petróleo e os países africanos que o não produzem com vista a:

- Atenuar os efeitos do preço elevado do petróleo sobre as economias dos países africanos pobres que não produzem petróleo;
- Rentabilizar as receitas petrolíferas para os países africanos produtores de petróleo;
- aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos produtos petrolíferos em África a fim de realizar os objectivos de desenvolvimento do Continente.

15. Por outro lado, indicou que a Comissão da União Africana trabalhou estreitamente com o Banco Africano de Desenvolvimento na elaboração deste estudo sobre o Fundo Africano de Petróleo.

16. Enfim, ele expressou o desejo de ver a reunião de peritos estabelecer propostas concretas e recomendações que serão objecto de deliberações da conferência dos Ministros.

IV. ELEIÇÃO DA MESA

17. Após consultas e segundo os procedimentos em vigor, no seio da União Africana foi constituída a mesa seguinte:

- Presidente : Egipto
- 1º Vice-presidente : Zimbabwe
- 2º Vice-presidente : Ilha Maurícia
- 3º Vice-presidente : Guiné-Equatorial
- Relator : Senegal

V. ADOPÇÃO DA ORDEM DO DIA E DO PROGRAMA DE TRABALHO

18. A ordem do dia foi adoptada sem emenda, tal como se segue:

Eleição da Mesa

Adopção da Ordem do dia e do Programa de Trabalho – AU/EXP/OG/1 (I)

SESSÕES DE TRABALHO

1ª SESSÃO

1. Documento de Orientação para uma Política Continental em Matéria de Petróleo e de Gás Natural **AU/EXP/OG/2 (I)**
2. Impactos sobre o Aumento do Preço do Petróleo nas Economias Africanas
 - Situação do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África **AU/EXP/OG/3 (I)**
 - Relatório do Estudo sobre os Impactos da subida do preço do Petróleo nas Economias Africanas **AU/EXP/OG/4 (I)**

2ª SESSÃO: **AU/EXP/OG/5 (I)**
Perspectivas e Orientações Estratégicas para uma Solidariedade e Cooperação entre os Países Membros da União Africana nos sectores do Petróleo e do Gás

3ª SESSÃO: **AU/EXP/OG/6 (I)**
Mecanismos do Fundo do Petróleo

4ª SESSÃO: **AU/EXP/OG/Decl.(I)**
Projecto de Declaração Ministerial

5ª SESSÃO: **AU/EXP/OG/PI.Ac.(I)**
Projecto de Plano de Acção **AU/MIN/OG/1 (I)**
Projecto de Agenda e do Programa de Trabalho da Sessão Ministerial **AU/MIN/OG/WP (I)**

Adopção dos documentos a serem submetidos à reunião dos Ministros:

- Relatório da Reunião de Peritos
- Projecto de Declaração dos Ministros
- Projecto do Plano de Acção
- Projecto da Agenda e do Programa de Trabalho da Reunião dos Ministros

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DOS PERITOS

VI. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

19. Depois de uma troca de opiniões, a reunião adoptou os horários de trabalho seguinte:

De manhã : 09h00 - 13h00
De tarde : 14h00 - 18h30

VII. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

1ª SESSÃO:

Ponto 1: Documento de Orientação Continental para uma Política Continental em Matéria de Petróleo e Gás - AU/EXP/OG/2 (I)

20. Depois de ter apresentado resumidamente a missão, os objectivos e a estratégia da União Africana em matéria de energia por um lado, e os compromissos dos Estados Africanos no quadro do Tratado de Abuja, instituindo a Comunidade Económica Africana, no seu Artigo 54 relativo ao desenvolvimento em comum dos recursos energéticos do continente, o orador evocou também os diferentes efeitos do aumento dos preços do petróleo sobre as economias dos países importadores e exportadores do petróleo, bem como os desafios enfrentados por estes últimos.

21. Ele evocou igualmente as decisões dos Chefes de Estado da União Africana adoptadas nas Cimeiras de Sirte (Líbia), em Julho de 2005, Khartoum (Sudão), Janeiro de 2006 e do Banjul (Gâmbia) Julho de 2006, relativas à necessidade da existência de uma solidariedade e cooperação entre os países africanos em matéria de petróleo e gaz.

22. O orador realçou elementos de base dos quais, a política continental em matéria de hidrocarbonetos previsto no Plano Estratégico 2004 - 2007 da União Africana será elaborada. Nesse sentido, as actividades que serão realizadas no quadro da elaboração desta política basear-se-ão entre outros sobre: (i) a situação do sector comparado as outras regiões do mundo (ii) uma reflexão prospectiva e a elaboração dos cenários do futuro do

sector bem como o possível destino da África, (iii) as estratégias de desenvolvimento das trocas intra-africanas no domínio da energia, (iv) os projectos regionais e sub-regionais realizar e (v) o papel que deveriam desempenhar as grandes companhias petrolíferas operando em África bem como as Instituições Regionais e Internacionais tais como a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais, o Banco Africano de Desenvolvimento, os Bancos Regionais de Desenvolvimento e os outros parceiros de desenvolvimento.

23. Ele concluiu a sua apresentação, evocando os objectivos e os resultados esperados desta Conferência em que os principais se referem à adopção dos mecanismos e as modalidades operacionais do Fundo Africano do Petróleo, as estratégias práticas de rentabilização das receitas dos países produtores e um Plano de Acções da implementação das estratégias da cooperação e da solidariedade concretas a curto e médio prazos entre os países africanos em matéria de hidrocarbonetos.

Ponto 2: Impacto da Subida do Preço do Petróleo sobre as Economias Africanas

I) Situação do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África – AU/EXP/OG/3 (I)

A. Resumo sobre a situação dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África

24. Após ter traçado o quadro da situação do sector, os problemas da África e a estratégia geral à qual se deve fazer face, o orador concluiu formulando algumas recomendações nomeadamente:

- integração regional e continental dos projectos energéticos que teria igualmente como resultado a diversificação das fontes de energia;
- considerar todas as opções energéticas possíveis a fim de garantir uma segurança energética dos países e do continente africano;
- desenvolver, a médio e a longo prazos, o mercado africano de energia incluindo a integração regional dos sectores do petróleo e do gás, bem como os sistemas eléctricos.

B. Projecto da AFREC em matéria de bio-carburantes

25. O principal objectivo deste projecto é de apoiar a diversificação das fontes e formas de energia com vista a reduzir a procura de combustíveis fósseis (petróleo e gás) e as facturas elevadas dos produtos petrolíferos importados.

26. A esse respeito, o orador salientou entre outros os pontos seguintes:

- necessidade da indústria dos biocarburantes em África;

- objectivos específicos do Projecto;
- diferentes tipos de biocarburantes;
- Plano de Acção; e
- conclusões e recomendações.

27. A principal recomendação é que com os preços elevados do petróleo, os países africanos devem desenvolver políticas apropriadas em matéria de energia a fim de atenuar os efeitos negativos sobre as suas economias. A política mais indicada a este respeito consiste no desenvolvimento das energias novas e renováveis que são abundantes e diversificadas em África. Quanto às questões relacionadas com o sector do petróleo ele sublinhou que os biocarburantes seriam a melhor opção.

C. Sector Africano da Refinaria: Políticas e Estratégias para realizar uma utilização rentável

28. Após ter indicado as perspectivas no sector da refinaria em África, os problemas inerentes bem como a necessidade de adoptar uma política e estratégias a serem adoptadas a médio e longo prazos, foram formuladas as propostas de acções com vista à uma indústria africana de refinarias emergente e eficaz baseadas entre outras nas seguintes acções:

- Encorajar as políticas com vista a construir e explorar conjuntamente as refinarias aos níveis regional e sub-regional;
- Atrair as grandes companhias petrolíferas africanas para a construção, liderança e gestão destas refinarias;
- Apoiar a Associação Africana das refinarias (ARA) criadas recentemente para realizar actividades por forma a aumentar a produção e o rendimento das refinarias;
- Favorecer as políticas com vista à harmonização das características e das normas dos produtos petrolíferos em todo o continente Africano;
- Apoiar as possibilidades de melhorar as modalidades e condições do fornecimento de produtos petrolíferos nos países africanos encravados.

D. Necessidade de uma estrutura organizada e unificada

29. O orador propôs a criação de uma organização continental única reagrupando os Países Africanos Produtores e Importadores de Petróleo. Contudo, tendo em conta o factor tempo, os participantes não puderam trocar opiniões sobre esta comunicação da AFREC.

II) Relatório de estudo sobre os impactos da subida dos preços do petróleo sobre as economias africanas – AU/EXP/OG/4 (I)

30. O estudo aborda de maneira exaustiva os principais impactos orçamentais e macroeconómicos da subida vertiginosa dos preços do petróleo sobre as economias africanas.

31. De acordo com o estudo, o preço do petróleo bruto passou de cerca de \$40 o barril em 2004 para \$ 70,850 o barril, em Agosto de 2005. Após ter sofrido uma ligeira queda em Dezembro de 2005, o preço voltou a subir no início de 2006 e atingiu inclusive a barra dos \$80 o barril, alcançando o recorde de \$ 78,40 o barril a 14 de Julho de 2006. Segundo os peritos do sector, há dúvidas quanto à estabilização do preço aos mesmo níveis que antes de 2004.

32. A subida do preço elevado do petróleo representa uma ocasião única para os países produtores deste produto com vista a melhorarem a sua taxa de crescimento económico elevado. Além disso, se o preço elevado do petróleo persistir, estes países poderiam aumentar sensivelmente o nível de vida da sua população.

33. Por outro lado, o preço elevado do petróleo constitui um desafio maior para os países importadores, particularmente os países africanos mais pobres, porque pode atrasar ou pôr em causa os seus progressos económicos e induzir a estrangulamentos financeiros mais restrictos. Com efeito, o impacto dos preços elevados do petróleo é susceptível de ser muito nefasto nos países que dependem excessivamente do petróleo e/ou que são fortemente endividados, situação característica de um grande número de economias africanas.

34. O estudo salienta que com uma repercussão total do aumento dos preços do petróleo, o país importador de petróleo de baixo rendimento funcionando na base de um regime de taxa de câmbio fixo, regista uma perda de 6% do seu PIB durante o primeiro ano e de 23% num período de 5 anos após a crise. Os números correspondentes ao de 5% e 22% para um país importador de petróleo de baixo rendimento sob um regime de controlo da taxa de câmbio dos fundos disponíveis.

35. Quanto aos países exportadores de petróleo de baixo rendimento funcionando sob o regime de fundos disponíveis controlados, o seu rendimento aumenta de 11% no primeiro ano e de 72% num período de 5 anos após a crise de petróleo.

36. Em consequência, os benefícios dos países exportadores de petróleo são enormes enquanto que os países importadores de petróleo registam uma perda considerável devido à duplicação do preço do petróleo.

37. Com efeito, para os países importadores, a perda de rendimento é de cerca de 6% durante o primeiro ano, enquanto que a perda acumulada ronda os 23.5 % durante os cinco anos após a crise. Em relação ao consumo, regista-se uma diminuição de 4.5% no primeiro ano e de 19% aproximadamente durante os cinco anos após a crise. O estudo mostra,

enfim, uma deterioração dramática do défice orçamental ou seja 31% durante o primeiro ano e 45% cinco anos após a crise.

38. Por outro lado, para os países exportadores, verifica-se uma redução de 164% do défice orçamental e uma redução de 73% da dívida externa durante o primeiro ano.

39. O estudo tentou encontrar respostas para as duas questões seguintes: a ajuda estrangeira pode ajudar os países africanos importadores de petróleo a fazer face aos preços elevados do petróleo? Os montantes exigidos serão excessivos?

40. Concluindo, parece que o montante da dívida é nitidamente não proibitivo o que implica que ainda há trabalho por fazer no que respeitam as acções da comunidade internacional para ajudar as economias africanas bastante endividadas a atenuar os efeitos negativos da subida dos preços do petróleo.

41. Por fim, o estudo demonstra que para os países exportadores de petróleo de rendimento médio, o aumento acumulado durante cinco anos do rendimento ligado ao preço do petróleo que duplicou, ultrapassou os 70% independentemente da real taxa de câmbio sob o qual o país opera.

42. Contudo, este “maná” é acompanhado de um aumento do valor marcado pela real taxa de câmbio que pode gerar a concorrência do país. Portanto, é indispensável que as receitas sejam gastas de uma maneira que favoreça o crescimento em vez de serem aplicadas em projectos mal planificados ou com fracos efeitos positivos sobre a economia do país.

2ª SESSÃO: Perspectivas e Orientações para uma solidariedade e uma cooperação entre países membros da União Africana nos sectores do petróleo e gás - AU/EXP/06/5 (I)

43. Após considerações sobre a situação do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África, relativamente à produção, ao consumo, às reservas, aos mercados, às infra-estruturas, aos investimentos, etc., o documento aborda três questões principais:

- Perspectivas da oferta e da procura do petróleo em África;
- Problemas e desafios a enfrentar para a realização do duplo objectivo do acesso ao alcance de energia e a durabilidade das riquezas do petróleo e do gás em África;
- Plano de acção para o futuro sustentável do petróleo e do gás em África.

A. Perspectivas da oferta e da procura de petróleo

44. As previsões de oferta eram menos precisas que a procura devido a uma maior incerteza quanto à geologia, do que o factor humano. Portanto, se devemos fazer recomendações sobre política, necessitamos fazer previsões que especulem essencialmente sobre o futuro.

45. Os peritos consideram que não haverá mudanças radicais nas condições do mercado do petróleo em relação à situação verificada durante a última década. Por outras palavras, os preços do petróleo serão suficientemente elevados para atrair os investidores por forma a desenvolver os recursos petrolíferos em África.

46. As previsões de oferta demonstram uma duplicação da produção atingindo cerca de 20 milhões de barris por dia, em 2025, contra 9,8 milhões em 2005. O consumo do petróleo será superior ao dobro da procura de 2005 passando de 2,8 milhões de barris por dia a 6,3 milhões. Segundo estas previsões, tudo indica que o equilíbrio entre a oferta e a procura, dentro de 20 anos, manter-se-á positivo.

B. Problemas e desafios políticos para o acesso à energia e à durabilidade das riquezas do petróleo e do gás em África

47. Os principais desafios são relativos ao (i) impacto económico dos preços mais elevados do petróleo e do gás que têm como consequência a redução do crescimento económico, o desequilíbrio macro-económico, a inflação e o bem-estar das famílias através da baixa do rendimento, etc.; (ii) ao desenvolvimento dos recursos petrolíferos a montante e a jusante, por um lado, e o investimento, por outro, a capacidade de refinação, do abastecimento e de distribuição e quantidade em qualidade; (iii) ao desenvolvimento dos recursos gaseodutos tendo em conta a sua infra-estrutura actual quase inexistente na maior parte dos países da África; (iv) da produção da corrente eléctrica a partir do gás que constitui uma das melhores energias do futuro; (v) à segurança da energia; (vi) a disparidade dos preços do mercado do petróleo nacional e regional; (viii) a energia como principal elemento da integração económica e da política ao nível regional e continental, bem como; (viii) a gestão transparente e eficaz de importantes rendimentos petrolíferos para o crescimento e o desenvolvimento.

C. Plano de acção para o futuro duradouro do petróleo e do gás em África

48. Elementos importantes de um plano de acção baseado sobre medidas a curto e a médio prazos foram elaborados nomeadamente sobre:

- Estabelecimento da infra-estrutura institucional apropriada;
- Estabelecimento do fundo para um desembolso rápido;

- Promoção da utilização dos instrumentos do mercado financeiro através do mercado instantâneo e os mercados a prazo;
- Promoção dos mecanismos de atenuação do choque dos preços;
- Estabelecer a infraestrutura institucional apropriada;
- Reorganizar as políticas e as práticas na produção;
- Apoiar a governação melhorada no sector dos hidrocarbonetos

49. Concluindo, a África confronta-se com imensos desafios multidimensionais no que respeita ao acesso da sua população à energia com preços acessíveis e à durabilidade da riqueza do petróleo e do gás. O sucesso ou insucesso depende da maneira crítica da vontade política, da capacidade de ultrapassar a marginalização económica e a política que caracterizava a África no passado. A União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento deverão desempenhar papéis estratégicos complementares para que o futuro da energia e do desenvolvimento da África seja um sucesso.

50. Após a apresentação dos documentos relativos às 1ª e 2ª sessões, os participantes fizeram comentários e expressaram as suas preocupações principalmente sobre os aspectos seguintes:

- A integração das infraestruturas energéticas;
- A falta de recursos financeiros para realizar grandes projectos no sector dos hidrocarbonetos;
- A apresentação dos países produtores de petróleo em África considerados automaticamente ricos enquanto que os mesmos enfrentam grandes desafios;
- A viabilidade da cooperação e da solidariedade africanas em matéria de petróleo e de gás (produtos altamente estratégicos) no contexto actual da globalização e aonde esta iniciativa corre o risco de ser qualificada como uma violação às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- O lugar a acordar às energias alternativas como energias renováveis que são abundantes e diversificadas no continente africano;
- A promoção dos biocarburantes tendo em conta o grave problema da segurança alimentar em África;
- A baixa taxa de trocas intrafricanas em matéria de produtos petrolíferos;

- As acções a serem levadas a cabo de imediato a fim de atenuar os efeitos da subida dos preços relativamente às economias mais pobres;
- Os planos de acções propostos pelo orador em que alguns elementos merecem ser acrescentados.

51. Depois da troca de opiniões sobre as preocupações as conclusões e recomendações formuladas as conclusões e recomendações seguintes:

Relativamente a integração das infra-estruturas energéticas e os recursos financeiros (investimento)

- Realizar projectos regionais e sub-regionais nos sectores de transporte, abastecimento, distribuição e fornecimento permitindo assim, realizar economias de escala e a criação de um mercado de energia;
- Disponibilizar recursos financeiros e humanos com vista à realização de projectos dos diferentes segmentos do sector tendo em conta os custos elevados de investimento que um país africano sozinho não está à altura de realizar (refinarias, oleodutos, gaseodutos, etc.) mesmo tratando-se de um produtor de petróleo.
- Aumentar as trocas inter-africanas (regionais e sub-regionais) em todos os domínios possíveis.

Relativamente à cooperação africana em matéria de petróleo e de gás em relação às normas da OMC

- Deve-se prever de preferência soluções regionais e sub-regionais à semelhança de outras regiões do mundo. Aliás, é uma das melhores opções de enfrentar os desafios da globalização;
- Os países com economias mais sólidas deveriam influenciar os outros ao nível de cada Comunidade de Económica Regional a fim de alcançar uma integração efectiva;

Relativamente ao desenvolvimento das energias alternativas em relação ao petróleo

- Prioridade à promoção de energias renováveis e próprias como a hidroeléctrica, a energia eólica, solar, geotérmica bem como os biocarburantes;
- Diversificação das fontes e formas de energia com vista a aumentar o acesso e a segurança energética a médio prazo diminuindo a parte do petróleo no balanço energético;

- Identificar, quantificar e planificar melhor a oferta e procura em matéria de energia;

No que diz respeito ao Plano de Acção proposto pelo Conferencista

52. Foi recomendado que se completasse o relatório proposto indicando as instituições e actores responsáveis pela implementação das acções previstas.

3ª SESSÃO: Mecanismos do Fundo Africano do Petróleo - AU/EXP/OG/6 (I)

53. O Consultor apresentou os principais pontos do projecto interpelando mais particularmente os peritos sobre (i) as disposições relativas às diferentes modalidades de gestão do Fundo; (ii) à composição das estruturas propostas a saber do Conselho Geral, do Conselho de Vigilância e do Comité Técnico; (iii) nos domínios de intervenção; (iv) a estrutura dos recursos do Fundo, aos critérios de atribuição dos recursos do Fundo.

- **Modalidades de gestão do Fundo:** o orador expôs os três esquemas plausíveis de administração, realçando as suas vantagens e possíveis inconvenientes de cada opção. A hipótese de um Fundo funcionando como uma entidade autónoma induziria a custos de estrutura bastante elevados. Aquela de um fundo criado numa instituição financeira foi igualmente avançada. Por fim, ele citou a sua preferência por uma terceira abordagem em termos de administração e de gestão do Fundo por uma instituição terceira com competência reconhecida neste sector, tendo em conta que este esquema permitirá uma economia importante em termos operacionais.
- **Composição do Conselho Geral:** Este órgão integra os representantes de todos os contribuintes potenciais do Fundo os quais nomeadamente, os ministros representantes dos Estados membros da UA; as Instituições Regionais; os parceiros de desenvolvimento, a OPEP e as companhias petrolíferas que operam em África. O Conselho Geral compreende igualmente uma categoria de membros observadores. Por conseguinte, o Consultor convidou os peritos a reflectirem sobre a composição proposta sem esquecer de assinalar a sua incidência sobre o conjunto dos recursos do Fundo.
- **Domínios de intervenção:** O projecto distingue o objectivo principal do Fundo e outros potenciais domínios de intervenção complementares. Deste modo, o Fundo prestará assistência aos países de rendimento pobre, importadores de petróleo com vista a atenuar os efeitos da subida de preços sobre a balança de pagamentos. O Fundo poderia eventualmente conceder outras prestações tal como o apoio às iniciativas de carácter regional, a assistência técnica às negociações dos acordos de petróleo, a gestão das receitas petrolíferas, a criação de uma base de dados sobre a indústria petrolífera, o apoio aos estudos sobre as energias alternativas e co-financiamento de projectos petrolíferos à escala regional ou sub-regional. Sobre este último ponto, o interveniente

precisou que as intervenções do Fundo neste domínio devem-se limitar a componentes cujos custos são elevados.

- **Recursos do Fundo:** o Projecto prevê contribuições anuais obrigatórias de todos os países membros da União Africana. Ao salientar a pertinência do argumento que consiste em acordar prioridades ao título da contribuição dos recursos do fundo dos países exportadores de petróleo, ele insistiu sobre a preocupação da perenidade do Fundo e a necessidade de uma apropriação do Fundo pelos países africanos, todos os motivos que justificassem que os países importadores participem igualmente no financiamento do Fundo.
- Em seguida, esclareceu que o projecto propõe submeter o lançamento efectivo do Fundo para a mobilização das contribuições que se eleva a EU 100.000.000. Contudo, questionou sobre o valor desta soma, segundo ele insuficiente, considerando a hipótese de um ligeiro aumento.
- **Instrumentos financeiros de assistência:** o Fundo poderá conceder donativos ou ajudas ou a utilização simultânea destes dois instrumentos. Nenhum donativo poderá exceder a soma de dois milhões de dólares.
- **Critérios de atribuição:** Sobre este ponto, o montante atribuído a cada país será determinado na base de três factores com uma ponderação diferente: um factor que reflecte sobre o fardo que o país enfrenta devido ao aumento do preço do petróleo e seu efeito sobre a balança de pagamentos, um factor orientado sobre a boa governação e um último factor que toma em consideração a situação geográfica de países encravados.
- Enfim, o projecto propõe fixar a duração inicial do Fundo a 20 anos.

54. Após a apresentação, os participantes expressaram algumas preocupações relativas:

- À estrutura dos órgãos do Fundo, nomeadamente a fraca representatividade dos países membros da UA e os critérios de ilegitimidade às subvenções ou empréstimos.
- A necessidade de escolher uma modalidade de administração eficaz e pragmática no começo incluindo aquela que consiste em integrar o Fundo junto a uma instituição terceira como o Banco Africano de Desenvolvimento.
- Ao dinamismo a transmitir ao Fundo tendo em conta igualmente o caso da redução das receitas petrolíferas e dos seus efeitos sobre os países produtores de petróleo.
- A necessidade de limitar os donativos e encorajar muito mais os empréstimos de concessão.

- À busca de soluções para que o Fundo seja mais atrativo às diferentes categorias de contribuintes.
- À necessidade da criação do Fundo perene, através do sistema energético africano, o melhoramento das capacidades de abastecimento e de distribuição dos países africanos, bem como o desenvolvimento de outras fontes alternativas de energia.
- A necessidade de antecipar o período pós-petrolífero em África.
- A ausência de alguns grandes produtores africanos no presente encontro, do Cairo, nomeadamente Angola e Nigéria, etc.
- A identificação das etapas ulteriores da implementação do Fundo (avaliação das necessidades, avaliação do montante mínimo de arranque e essas das capacidades de mobilização dos recursos das diferentes entidades que concedem empréstimos).

55. Após a troca de pontos de vista sobre as preocupações respectivas foram formuladas as seguintes recomendações:

No que diz respeito à estrutura e à gestão do Fundo:

- Assegurar uma boa governação, limitar os donativos, dar prioridade aos empréstimos que deverão ser concedidos sob condições concessionais;
- Aumentar a representatividade dos países membros da UA e conceder prioridade à sua participação na constituição do Fundo e exigir que apenas os países membros que contribuem para o mesmo sejam elegíveis.
- A questão relativa à presença do Conselho Geral dos Países Importadores de Petróleo líquido deverá ser avaliada;
- Facilitar e acelerar a implementação e a iniciação das actividades do Fundo, confiando a sua gestão às instituições existentes que têm uma competência neste domínio tal como o BAD;

No que diz respeito aos objectivos do Fundo

- Estudar as possibilidades de intervenção do Fundo com vista a ajudar os países não produtores nos casos do aumento dos preços do petróleo por um lado, e os países produtores, a atenuar os impactos de uma queda drástica dos preços do petróleo de outro.

- Para além da assistência imediata para pôr termo aos efeitos do impacto do aumento, estudar e implementar a médio e longo prazos: a dinamização e o reforço do sistema energético africano com vista a perenizar (a reorganização do sistema de abastecimento e de distribuição, incluindo o seu reforço; o reforço das capacidades de produção ou a sua reabilitação (refinarias) o desenvolvimento e a divulgação de outras fontes alternativas de energia, em substituição do petróleo e de gás.

No que diz respeito à mobilização dos recursos do Fundo

- Iniciar os contactos prévios com vista a sensibilizar e despertar interesse nas instituições potenciais que podem contribuir para o Fundo.
- Estudar as vias e os meios para tornar o sistema de Fundo atractivos aos países membros da UA, importadores de produtos líquido ou não, aos produtores de petróleo e, aos países não produtores que não foram afectados pelos efeitos do aumento de preço do petróleo.
- Sensibilizar os países africanos produtores de petróleo que não estiveram presentes na Conferência do Cairo a favor da Iniciativa de criação de Fundo.

No que diz respeito ao plano de implementação do Fundo

- Identificar as acções a curto, médio e longo prazos;
- Favorecer as acções na base de um cronograma objectivo, mais ambicioso, indicando todas as acções que acompanham as resoluções do Cairo.
- Fixar uma data para uma avaliação das acções.

56. A República Árabe do Egipto propôs apoiar a Comissão da União Africana nas actividades relativas ao sector dos hidrocarbonatos incluindo a implementação do Plano de Acção adoptada pela Conferência.

57. Os peritos saudaram esta iniciativa e solicitaram às duas partes de estudar e finalizar as modalidades da sua concretização.

4ª SESSÃO: Projecto de Plano de Acção – AU/EXP/OG/PI.Ac. (I)

58. Os peritos analisaram o projecto do Plano de Acção em anexo e, seguidamente emendaram e adoptaram este documento.

5ª SESSÃO: Projectos de Declaração Ministerial da Agenda e Programa de Trabalho da Sessão Ministerial

59. Os peritos analisaram o projecto de Declaração em anexo, seguidamente emendaram e adoptaram este documento.

60. Em seguida adoptaram o Projecto de Agenda e do Programa de Trabalho propostos pela Sessão de Ministros.

VIII. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

61. A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Sub-secretário no Ministério do Petróleo da República Árabe do Egipto que agradeceu os peritos e os participantes pelas suas frutuosas deliberações.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/311(X)
Anexo 2

DECLARAÇÃO DO CAIRO SOBRE “A COOPERAÇÃO E A
SOLIDARIEDADE AFRICANA EM MATÉRIA DE HIDROCARBONETOS ”

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS DOS
HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
11 - 14 DE DEZEMBRO DE 2006
CAIRO, EGITO**

**AU/EXP/OG/Decl. (I)
Original:**

**DECLARAÇÃO DO CAIRO SOBRE “A COOPERAÇÃO E A
SOLIDARIEDADE AFRICANA EM MATÉRIA DE HIDROCARBONETOS ”**

**DECLARAÇÃO DO CAIRO SOBRE “A COOPERAÇÃO E A
SOLIDARIEDADE AFRICANA EM MATÉRIA DE HIDROCARBONETOS”
ADOPTADA PELA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELOS HIDROCARBONETOS
(PETRÓLEO E GÁS)**

Cairo - Egípto, 14 de Dezembro de 2006

Nós Ministros Africanos responsáveis pelos hidrocarbonetos (petróleo e gás), reunidos no Cairo, Egípto, a 14 de Dezembro de 2006, por ocasião da Primeira Conferência organizada pela União Africana;

1. **Visto** o Acto Constitutivo da União Africana adoptada a 11 de Julho de 2000 em Lomé, nomeadamente os Artigos 14 a 16, que prevê que a Comissão da União Africana coordene as políticas em matéria de energia, da indústria e dos recursos minerais tendo em conta a sua importância particular para o desenvolvimento de África.

2. **Considerando** a Decisão da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Cartum (Sudão), em Janeiro de 2006, e reforçada pela decisão da Cimeira de Banjul, (Gâmbia), em Julho de 2006 relativa à criação no seio da União Africana, de um Fundo Africano de petróleo para colmatar as consequências de aumento do preço do petróleo sobre a economia dos países africanos;

3. **Constatando** o aumento vertiginoso do preço do petróleo e dos seus derivados no mercado internacional que atingem os níveis jamais igualados tanto na amplitude e na duração destas subidas bem como o seu impacto negativo nas economias dos países africanos pobres não produtores de petróleo.

4. **Tendo em conta** as diferentes iniciativas adoptadas a favor dos países africanos bem como a necessidade de assegurar o desenvolvimento sustentável do continente africano;

Tendo examinado o Relatório da Reunião de Peritos dos Estados Membros da União Africana, que teve lugar no Cairo, (Egípto), de 11 a 13 de Dezembro de 2006.

5. **Reconhecemos** a necessidade de reforçar a cooperação e a solidariedade africana no sector do petróleo.

6. **Reconhecemos** por outro lado, a necessidade de aumentar as receitas petrolíferas, adoptar e aceitar os princípios da boa governação na gestão das referidas receitas, com vista a assegurar um desenvolvimento sustentável do continente.

7. **Reconhecemos** ainda, a necessidade de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos produtos petrolíferos em África a fim de realizar os objectivos do desenvolvimento do Continente.

8. **Reconhecemos** finalmente a necessidade e a emergência para os países africanos de desenvolver e reforçar as estratégias nacionais, sub-regionais e regionais para o desenvolvimento de uma oferta energética sustentável.

9. **Solicitamos** à Comissão da União Africana a implementar todas as medidas necessárias para a operacionalização do Fundo Africano de Petróleo o mais urgente possível, incluindo a conclusão do estudo em curso e de comunicar aos Estados-membros os documentos relativos ao mesmo.

10. **Decidimos** que a gestão dos recursos e as actividades do Fundo Africano do Petróleo seja confiado ao Banco Africano de Desenvolvimento..

11. **Solicitamos** à Comissão da União Africana a envidar esforços com vista a promover a cooperação entre as sociedades e companhias petrolíferas do continente tanto ao nível das actividades a montante e a jusante a fim de trocar experiências para um melhor domínio do sector.

12. **Exortamos** além disso à Comissão da União Africana a definir uma estratégia com vista ao reforço das capacidades dos países africanos na elaboração e negociação dos contratos petrolíferos e o acompanhamento das actividades das companhias petrolíferas que operam em África com vista a aumentar as receitas dos países africanos produtores de petróleo.

13. **Comprometemo-nos a trabalhar para:**

- a) Criar entrepostos regionais agrupados para melhorar o armazenamento e a distribuição de produtos petrolíferos nos países não produtores e nomeadamente os encravados;
- b) Promover os projectos regionais integrados dos gaseodutos, oleodutos e refinarias regionais bem como a pesquisa e exploração em comum dos jazigos petrolíferos transfronteiriços, acordando-lhes prioridade a nível dos nossos governos respectivos;
- c) Colaborar com a Conferência dos Ministros responsáveis pelo meio ambiente (AMCEN) com vista a promover uma utilização e uma valorização dos recursos em petróleo e gás natural fazendo os possíveis para reduzir o impacto sobre o meio ambiente, bem como os Ministros responsáveis do Comércio sobre os aspectos relativos às taxas sobre os produtos petrolíferos.

14. **Propomos** a criação, sobre o patrocínio da Comissão da União Africana a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Hidrocarbonetos na qualidade do

órgão de coordenação continental das políticas e estratégias em matéria de hidrocarbonetos.

15. **Convidamos** a Comissão da União Africana a elaborar uma política continental do desenvolvimento do sector dos hidrocarbonetos a fim de racionalizar a utilização dos recursos a médio e longo prazos para uma segurança petrolífera sustentável como componente de uma política africana de segurança energética.

16. **Solicitamos** a Comissão da União Africana a definir e a implementar as estratégias do desenvolvimento das energias adequadas e renováveis em particular os bio-carburantes.

17. **Solicitamos** além disso à Comissão da União Africana de criar um quadro adequado para estudar e resolver os problemas ecológicos ligados aos hidrocarbonetos em África, particularmente em matéria de poluição marinha e outros tipos de poluição.

18. **Encorajamos:**

- a) Cada Comunidade Económica Regional (CER) a formular uma política comum de desenvolvimento do sector dos hidrocarbonetos;
- b) A Comissão Africana de Energia (AFREC) a tornar operacional o mais urgente possível a base de dados sobre o sector do petróleo com vista a ajudar a formulação das políticas e a tomada de decisões.

19. **Adoptamos** o Plano de Acção anexado à presente Declaração e convidamos a Comissão da União Africana a tomar as medidas apropriadas idóneas com todos os actores envolvidos com vista a implementar o mais urgente possível, as acções visadas do referido plano.

20. **Felicidades** a oferta feita pela República Árabe do Egipto de criar um Gabinete de Ligação no Ministério do Petróleo, a fim de assistir a Comissão da União Africana e os Estados-membros, sem incidência financeira nas suas actividades relativas ao sector dos hidrocarbonetos incluindo a implementação do Plano de Acção que acabamos de adoptar.

21. **Solicitamos** neste sentido à Comissão da União Africana a analisar em conjunto com a República Árabe do Egipto, as modalidades de realização desta oferta.

Feito e adoptado no Cairo, a 14 de Dezembro de 2006

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/311 (X)
Anexo 3

PLANO DE ACÇÃO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS
RESPONSÁVEIS PELOS HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS),
REALIZADA NO CAIRO, EGÍPTO, DE 11 A 14 DE DEZEMBRO DE 2006

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DOS MINISTROS AFRICANOS RESPONSÁVEIS
DOS HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
11 - 14 DE DEZEMBRO DE 2006
CAIRO, EGIPTO**

**AU/MIN/OG/PI.Ac. (I)
Original**

PLANO DE ACÇÃO

		<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de sensibilização das contribuições potenciais: reunião dos parceiros de desenvolvimento, reunião das companhias petrolíferas operando em África, etc.; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões organizadas. 		2º Semestre de 2007
A.2.	<p>Promoção dos grandes projectos regionais integradores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de entrepostos agrupados; • Gaseodutos/Oleodutos; • Refinarias (Reabilitação/ /Reforço/ e Construção de Refinarias existentes; e Construção de novas refinarias regionais. • Pesquisa e Exploração de jazigos petrolíferos e transfronteiriços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os projectos e estabelecer as prioridades de realização; • Estabelecer as modalidades de realização; • Acelerar a implementação dos projectos já identificados; • Mobilizar os financiamentos; • Estabelecer as estratégias da cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de estudos disponíveis; • Fontes de financiamento identificados. 	UA,BAD,CEA, CER, Estados, APPA, AFREC.	2007-2009
B.	MAXIMIZAÇÃO DAS RESERVAS PETROLÍFERAS DOS PAÍSES PRODUTORES				
B.1.	Reforço das capacidades de elaboração e de negociação	<ul style="list-style-type: none"> • Formação, seminário; 	Relatório, Balanços, Ateliers, Seminários	Estados, CER, CUA,BAD,	2007-2009

	dos contratos de acompanhamento, e de controlo de gestão e exploração petrolíferas.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Técnica; • Troca de experiência. 	organizados	AFREC, APPA.	
B.2.	Reforço da cooperação entre os países africanos	<ul style="list-style-type: none"> • Formação, seminário; • Assistência; • Troca de experiência. 	Relatório, Balanços, Ateliers, Seminários organizados.	APPA, Estados, CUA	Acção permanente
B.3.	Promoção da pesquisa e exploração petrolífera	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos encontros com as companhias petrolíferas; • Marketing de promoção de blocos petrolíferos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões realizadas • Novos contratos assinados 	Estados, APPA	2007-2009
C.	AUMENTAR A QUANTIDADE E MELHORAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS PETROLÍFEROS				
C.1.	Elaboração de uma política continental de segurança energética.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos; • Ateliers de validação. 	Relatórios	CUA, CER, Estados	2007 -2008
C.2.	Reabilitação e extensão das refinarias existentes e construção de novas refinarias regionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Situação e avaliação das necessidades financeiras; • Realização dos estudos de extensão; • Mobilização de financiamento; • Execução dos trabalhos. 	Relatórios.	Estados, APPA, ARA, CER, CUA	2007 -2009
C.3.	Construção dos entrepostos agrupados e melhoramento do sistema de distribuição dos produtos petrolíferos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo e inventário; • Busca de financiamento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas construídas; • Sistema melhorado de aprovisionamento 	CER, CUA	2007-2010

		• Execução dos trabalhos.			
D.	OUTRAS ACÇÕES				
D.1.	Criação da Conferência dos Ministros responsáveis pelos Hidrocarbonetos.	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura de funcionamento; Regulamento Interno. 	Estrutura do Regulamento Interno elaborados.	CUA, Mesa da Conferência,	2007
D.2.	Elaboração de Memorando de colaboração com a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Meio Ambiente (AMCEN) sobre a utilização e a valorização dos recursos petrolíferos procurando minimizar o seu impacto sobre o meio ambiente, bem como com os Ministros do Comércio sobre os aspectos relativos aos preços dos produtos petrolíferos.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões dos Ministros responsáveis dos hidrocarbonetos, do Meio Ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> Memorando assinado Reuniões organizadas 	CUA, Mesa da Conferência, AMCEN, Ministros do Comércio	2007
D.3.	Elaboração de uma política continental de desenvolvimento do sector dos hidrocarbonetos	<ul style="list-style-type: none"> Estudos a nível regional e continental; Curso prático de validação. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de estudos; Políticas e estratégias continental e regional válidas. 	CUA CER BAD APPA	2007- 2008
D.4.	Apoio de constituição de uma banca de dados sobre o sector de hidrocarbonetos	<ul style="list-style-type: none"> Recolha de dados; Criação de um sistema de gestão de dados; 	Relatórios	AFREC CUA APPA Estados	2007 -2008

		<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação. 			
D.5.	Elaboração de uma política de estratégias de desenvolvimento de energias renováveis nomeadamente os bio carburantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos; • Curso prático de divulgação; • Cooperação. 	Plano de Acção elaborado e Estratégia adoptada.	AFREC CUA CER Estados	2007- 2010

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/311 (X)
Anexo 4

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DOS
HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
14 DE DEZEMBRO DE 2006

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

**Primeira Conferencia dos
Ministros Africanos dos Hidrocarbonetos
(Petróleo e Gás)
11 – 14 de Dezembro de 2006
Cairo, Egipto**

AU/MIN/OG/Rpt (I)

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DOS
HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
14 DE DEZEMBRO DE 2006**

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DOS
HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)
14 DE DEZEMBRO DE 2006

I. INTRODUÇÃO

1. A questão da subida do preço do petróleo constitui grande preocupação durante as Conferências dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizada em Cartum (Sudão), em Janeiro de 2006, e em Banjul (Gâmbia), em Julho do mesmo ano.

2. Com efeito, durante a 7ª Conferência da Organização Continental, realizada em Banjul (Gâmbia), em Julho de 2006, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram a Decisão Doc.Assembly/AU/3(vii) para a criação, no seio da União Africana, de um Fundo Africano do Petróleo, tendo como objectivo aliviar as consequências decorrentes do aumento do petróleo para os países africanos pobres e assegurar a coordenação das políticas continentais relativas ao petróleo. A referida decisão solicita igualmente a Comissão da União Africana para elaborar uma estratégia detalhada sobre a cooperação e a solidariedade entre os países africanos produtores e não produtores de petróleo.

3. É no quadro da implementação dessa decisão que decorreu no Cairo (Egipto), a 14 de Dezembro de 2006, a Primeira Conferência dos Ministros Africanos dos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás), reunião que foi precedida por uma sessão de peritos dos Estados Membros, de 11 a 13 de Dezembro de 2006.

4. A Conferência constitui uma oportunidade para os Ministros procederem à análise dos resultados dos estudos do “impacto da subida do petróleo e do gás natural sobre as economias africanas” e do “mecanismo de criação e funcionamento do fundo africano do petróleo” efectuados pela Comissão da União Africana conjuntamente com o Banco Africano de Desenvolvimento.

II. PARTICIPAÇÃO

5. Tomaram parte nos trabalhos desta Conferência trinta e três (33) Estados Membros que se seguem: Argélia, Benin, Burundi, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Ilhas Maurícias, Quénia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Namíbia, Níger, Nigéria, Uganda, Senegal, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe.

6. Participaram igualmente nos trabalhos representantes das seguintes organizações continentais: Comissão Africana de Energia (AFREC), Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Comunidade Económica dos Estados da África Oriental e Austral (COMESA) e o Secretariado da NEPAD.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

7. A cerimónia de abertura foi marcada pelos discursos do Comissário da União Africana para Infra-estruturas e Energia e do Ministro do Petróleo da República Árabe do Egipto.

Discurso do Sr. Bernad Zoba, Comissário da União Africana para Infra-estruturas e Energia

8. Depois de agradecer o Governo do Egipto pelas medidas tomadas para a boa realização da Conferência, o Comissário recordou as actividades previstas no Plano de Acção de Lagos de 1980 no que diz respeito à energia, em geral, e aos hidrocarbonetos, em particular, nomeadamente a necessidade de “encontrar uma solução urgente ao problema do abastecimento de hidrocarbonetos a fim de evitar que os países africanos mais pobres sejam ameaçados como Estados soberanos”.

9. Para o efeito, o Comissário convidou os Ministros dos Hidrocarbonetos a fazer uma reflexão e pôr acima dos interesses nacionais legítimos os interesses comuns africanos, tendo em vista tomar as decisões para se impõem para promover a cooperação e a solidariedade entre os países produtores de petróleo e os não produtores.

10. Ele recordou a Decisão da última Conferência da União Africana realizada em Banjul (Gâmbia), em Julho de 2006, relativa à criação, no seio da União Africana, de um Fundo Africano do Petróleo nos países africanos assim como a coordenação das políticas continentais relativas ao petróleo e gás.

11. O Comissário concluiu o seu discurso garantindo aos participantes à Conferência que a Comissão da União Africana não poupará esforços para implementar o Plano de Acção a ser adoptado pela Conferência Ministerial de Cairo, cujos resultados serão submetidos à 8ª Cimeira dos Chefes de Estados e de Governo da Organização Continental agendada para Janeiro de 2007, em Adis Abeba.

Discurso de abertura proferido pelo Ministro do Petróleo da República Árabe do Egipto.

12. Depois do pronunciamento de palavras de boas-vindas e de calorosas saudações aos participantes, o Ministro sublinhou a importância da Conferência do Cairo, que se realiza numa altura em que os preços do petróleo e de outras matérias primas conhecem níveis elevados, com impactos nos planos de desenvolvimento dos países africanos. Daí a necessidade de uma cooperação e solidariedade africanas.

13. Em seguida, o Ministro circunscreveu o quadro da Conferência que deve analisar os desafios aos quais a África está confrontada devido aos preços do petróleo muito elevados, falta de infra-estruturas e de capacidade de produção, refinação, transparente, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos assim como à racionalização dos recursos energéticos ao nível do Continente Africano.

14. A terminar, propôs a criação de um “Comité de Coordenação” encarregue de canalizar os esforços na área de energia para uma “Visão Partilhada” que garanta a segurança energética do continente africano, à semelhança do que se faz em outras regiões do mundo.

IV. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

15. Após consultas, de acordo com os procedimentos e as práticas em vigor na União Africana, a Mesa da Conferência foi constituída da seguinte maneira:

- Presidente : Egipto
- 1º vice-presidente : Zimbabwe
- 2º vice-presidente : Ilhas Maurícias
- 3º vice-presidente : Guiné Equatorial
- Relator : Senegal

16. Os projectos da agenda e do programa de trabalhos foram analisados e adoptados como se segue:

- i. **Questões de procedimento**
 - Eleição da Mesa
 - Adopção da Agenda e do Programa de Trabalhos
- ii. **Sessões de Trabalho**
 - Análise do relatório de Peritos
 - Análise e adopção da Declaração dos Ministros
 - Análise e adopção do projecto do Plano de Acção
 - Diversos
- iii. **Cerimónia de encerramento**

V. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

17. Depois de uma troca de pontos de vista, a Conferência adoptou o seguinte horário de trabalho:

- Manhã : **09H00 – 13H30**
- Tarde : **15H30 – 19H00**

VI. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE PERITOS

18. No final da apresentação do relatório de Peritos pelo Relator da Conferência, os Ministros exprimiram a sua satisfação pela qualidade do trabalho realizado pelos peritos.

19. Os ministros procederam a uma análise detalhada do relatório de Peritos. No termo dos debates, eles manifestaram algumas preocupações e fizeram emendas para melhorar alguns pontos do relatório.

20. Os comentários e as conclusões resultantes dos debates dos Ministros resumem-se nos seguintes pontos.

A. Estudo dos Impactos da subida do preço do Petróleo nas Economias Africanas.

21. O estudo aborda de uma forma exaustiva os principais impactos orçamentais e macro-económicos da subida vertiginosa do preço do petróleo nas economias africanas.

22. De acordo com o estudo, o preço do petróleo bruto passou de menos de 40\$EU por barril em 2004 para 70,85\$EU em Agosto de 2005. Depois de ter registado uma ligeira queda em Dezembro de 2005, o preço retomou a tendência de subida em princípios de 2006, tendo atingido o limite de 80\$EU por barril, com um registo máximo de 78,40\$EU a 14 de Julho de 2006. Segundo os peritos deste sector, não há esperanças de que o preço do petróleo volte aos níveis anteriores a 2004.

23. A grande subida do preço do petróleo representa uma ocasião única para os países produtores desta fonte energética melhorarem as suas taxas de crescimento económico. Além disso, caso se mantenha estes preços elevados, os referidos países poderão aumentar substancialmente o nível de vida das suas populações.

24. Em contrapartidas, o elevado preço do petróleo constitui um grande desafio para os países importadores, em particular os países africanos pobres, pois este aspecto poderá retardar ou pôr em causa os seus progressos económicos e conduzir a dificuldades financeiras muito sérias. Com efeito, o impacto do aumento do preço do petróleo é susceptível de ser muito nefasto nos países que dependem excessivamente deste energético e/ou que são altamente endividados, uma situação que caracteriza a maioria das economias africanas.

25. O estudo salienta que, com uma repercussão total da subida do preço do petróleo, um país pobre importador de petróleo que utiliza um regime da taxa de câmbio fixo, regista uma perda de 6% do seu PIB no primeiro ano, passando para 23% num período de cinco anos depois do surgimento do choque

petroleiro. As estatísticas correspondentes são de 5% a 22% para um país pobre importador de petróleo sob um regime controlado da taxa de câmbio.

26. Para um país pobre exportador de petróleo que utiliza um regime de controlo da sua taxa de câmbio, os seus resultados aumentam em 11% no primeiro ano, passando para 72% num período de cinco anos depois do surgimento do choque.

27. Por conseguinte, os ganhos para os países exportadores de petróleo são enormes, ao passo que os países importadores desta fonte energética registam grandes perdas decorrentes da subida do preço do petróleo, que efectivamente duplicou.

28. Com efeito, para os países importadores do petróleo a perda é de cerca de 6% durante o princípio, enquanto as perdas acumuladas atingem cerca de 23,5% nos cinco anos seguintes ao choque petroleiro. O consumo regista uma queda de 4,5% no primeiro e de 19% aproximadamente durante os cinco anos seguintes. A terminar, o estudo revela uma determinação dramática do défice orçamental, ou seja 31% no primeiro ano e 45% nos cinco anos que se seguem ao choque.

29. Em contrapartida, para os países exportadores regista-se uma redução em 174% do défice orçamental assim como uma diminuição em 73% da dívida externa durante o primeiro ano.

30. O estudo procurou responder às duas questões que se seguem: a ajuda externa poderá permitir que os países africanos importadores de petróleo enfrentem os preços elevados deste produto? Os montantes exigidos não serão proibitivos?

31. Em jeito de conclusão, tudo indica que o montante da dívida é claramente não proibitivo, havendo ainda muito trabalho a fazer por parte da Comunidade Internacional de modo a ajudar as economias africanas, altamente endividadas, a reduzir os efeitos nefastos da subida do preço do petróleo.

32. O estudo demonstra que para um país exportador de petróleo com rendimentos médios, o aumento acumulado durante cinco anos devido à duplicação do preço do petróleo ultrapassa os 70%, independentemente do regime da taxa de câmbio que utiliza.

33. Todavia, este “maná” é acompanhado de uma grande apreciação da verdadeira taxa de câmbio, o que pode prejudicar a competitividade do país por isso, é importante que os rendimentos sejam gastos de tal modo a promover o crescimento económico do país.

B. Perspectivas e directivas estratégicas para uma cooperação e solidariedade entre os Estados Membros da União Africana nos sectores do petróleo e gás em África.

34. Depois de passar em revista a situação do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África, nomeadamente a produção, consumo, reservas, mercados, infra-estruturas, investimentos, etc., o documento aborda as três grandes questões que se seguem:

- Perspectivas da oferta e da procura do petróleo em África;
- Problemas e desafios a ultrapassar para a realização do duplo objectivo do acesso à energia para todos e sustentabilidade das riquezas de petróleo e gás em África;
- Plano de Acção para futuro duradouro do petróleo e gás em África.

Perspectivas da oferta e da procura do petróleo

35. As previsões da oferta são geralmente muito pouco precisas do que da procura, devido a uma cada vez maior incerteza em relação à geologia. No entanto, se bem que devemos formular recomendações de carácter político, então temos necessidade de fazer projecções para o futuro.

36. Estima-se que não haverá mudanças radicais nas condições do mercado do petróleo em relação aos desenvolvimentos que marcaram a última década. Por outras palavras, os preços do petróleo serão muito elevados para atrair investidores capazes de desenvolver os recursos petrolíferos com África.

37. As previsões da oferta mostram a duplicação da produção, podendo atingir cerca de 20 milhões de barris por dia em 2025, contra 9,8 milhões em 2005. O concurso do petróleo será superior ao dobro da procura em 2005, passando de 2,8 milhões de barris por dia para 6,3 milhões. Destas projecções, espera-se que o equilíbrio entre a oferta e a procura permanecerá sempre favorável à África nos próximos 20 anos.

Problemas e desafios a ultrapassar para garantir o acesso à energia e a sustentabilidade das riquezas de petróleo e gás em África.

38. Os principais desafios prendem-se com (i) o impacto económico dos preços muito elevados do petróleo e gás, o que tem como consequências a redução do crescimento económico, o desequilíbrio macro-económico, a inflação e o bem-estar das famílias devido ao declínio real dos rendimentos, etc.; (ii) o desenvolvimento dos recursos petrolíferos no montante e na jusante a fim de, por um lado, aumentar a capacidade da produção e dos investimentos e, por outro lado, a capacidade de refinação, armazenamento e distribuição em quantidade e em qualidade; (iii) o desenvolvimento dos recursos gasíferos, pois a sua actual infra-estrutura é praticamente inexistente na maioria dos países

africanos; (iv) a produção da energia eléctrica a partir do gás, que é uma das melhores fontes do futuro; (v) a segurança da energia; (vi) a disparidade dos preços dos mercados petrolíferos tanto ao nível nacional como ao nível regional; (vii) a energia como o elemento principal de integração económica e política aos níveis regional e continental; e (viii) a gestão transparente e eficiente dos rendimentos petrolíferos tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento.

Necessidade da criação de uma Indústria Africana eficaz de Refinação.

39. A Conferência formulou para o desenvolvimento de uma indústria africana de refinação, virada essencialmente para as seguintes actividades:

- Promover políticas que visam a construção e exploração de refinarias comuns aos níveis regionais e sub-regionais;
- Atrair as grandes companhias petrolíferas africanas para a construção, posse e gestão dessas refinarias;
- Apoiar a Associação Africana de Refinarias (ARA), recentemente criada para a realização de actividades que permitam o aumento da produção e da produtividade das refinarias;
- Promover políticas que visam a harmonização das características e das normas dos produtos petrolíferos em todo o Continente Africano;
- Apoiar as possibilidades da melhoria das modalidades e das condições do fornecimento de produtos petrolíferos aos países africanos sem acesso ao mar.

Necessidade de desenvolver uma indústria de Bio-combustíveis em África.

40. Com a subida dos preços do petróleo, os países africanos devem desenvolver políticas apropriadas para aliviar esse peso sobre as suas economias. A política mais eficaz é a diversificação das fontes energéticas e, para o caso de petróleo, os bio-combustíveis surgem como a melhor escolha. Com efeito, os bio-combustíveis poderiam constituir a maior oportunidade económica em termos de crescimento económico, erradicação da pobreza e da realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). Para o efeito, deve ser dada prioridade aos bio-combustíveis na política dos hidrocarbonetos para promover o crescimento económico, criar novos postos de emprego e reduzir a pobreza até 2015. Os governos africanos devem investir fortemente no desenvolvimento de bio-combustíveis e elaborar estratégias nacionais sobre a matéria assim que for possível. Essas estratégias poderão impor regimes de misturas obrigatórias de bio-combustíveis pelas companhias petrolíferas existentes e permitir o desenvolvimento em 100% de sistemas de aprovisionamento e de distribuição destes produtos energéticos. Deverão igualmente ser adoptadas políticas e regulamentos flexíveis para ajudar os produtores individuais de bio-combustíveis na implementação de diversos projectos de produção do etanol e bio-dísel para responder à demanda crescente

do mercado de combustíveis líquidos mais apropriados e a preços acessíveis – Bio-combustíveis tais como o etanol e o bio-diesel foram considerados como o futuro das fontes energéticas. Sendo mais limpos, fabricados no país e potencialmente mais baratos do que o petróleo, países tais como o Brasil e a Grã-Bretanha já integraram os bio-combustíveis no seu consumo de energia, mas ainda não convidaram outros países a seguir o exemplo.

41. Os bio-combustíveis são uma fonte energética complementar e alternativa aos combustíveis fósseis, podendo contribuir para:

- Apoiar a diversificação da energia e a substituição efectiva dos combustíveis fósseis;
- Reforçar as finanças nacionais, através da redução dos custos elevados dos produtos petrolíferos importados;
- Aumentar a produtividade agrícola;
- Criar novas oportunidades de emprego nas áreas da agricultura, indústria, infra-estruturas e ciência;
- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e melhorar as condições ambientais para todas as populações do nosso planeta; e
- Assegurar a independência e a prosperidade económicas para os países africanos e os seus cidadãos.

Plano de Acção para um futuro sustentável do petróleo e gás em África.

42. Foram delineados os elementos mais importantes do Plano de Acção, com base em medidas a curto e médio prazos, que se articulam em torno de:

- Criação de infra-estruturas institucionais apropriadas;
- Criação de um fundo de desembolso rápidos;
- Promoção do uso de instrumentos do mercado financeiro através da criação de mercados instantâneos e mercados a prazo;
- Promoção de mecanismos de alívio à subida de preços;
- Reorganização das políticas e da prática de produção;
- Apoiar uma melhor gestão no sector dos hidrocarbonetos.

43. Em conclusão, a África enfrenta grandes desafios multiformes para o acesso das suas populações à energia, a preços razoáveis e com a sustentabilidade das riquezas do petróleo e gás. O sucesso ou o fracasso depende essencialmente da vontade política dos dirigentes africanos de superar a marginalização económica e política que tem vindo a caracterizar o nosso continente. A União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento devem desempenhar papéis estratégicos para o sucesso do futuro da energia e do desenvolvimento da África.

44. A Conferência fez comentários e levantou preocupações em torno dos seguintes aspectos:

- Integração das infra-estruturas energéticas;
- Falta de recursos financeiros para a implementação de grandes projectos no sector dos hidrocarbonetos;
- Apresentação dos países produtores de petróleo em África como se fossem automaticamente ricos, enquanto estão também confrontados a grandes desafios;
- Viabilidade da cooperação e da solidariedade africanas na área de petróleo e gás (produtos altamente estratégicos) no contexto actual de globalização no qual esta iniciativa corre o risco de ser considerada como uma violação das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Reconhecimento do lugar a ser atribuído às fontes energéticas alternativas, tais como as energias renováveis, que são abundantes e diversificadas no Continente Africano;
- Promoção de bio-combustíveis, tendo em conta o grave problema de segurança alimentar em África;
- Baixos níveis de trocas comerciais intra-africanas em matéria de produtos petrolíferos;
- Acções a fazer de imediato para aliviar os efeitos da subida do preço do petróleo nas economias fracas;
- Necessidade de acrescentar alguns elementos no plano de acção proposto.

45. Depois de debates sobre as preocupações acima mencionadas, foram formuladas as conclusões e recomendações que se seguem:

Integração das infra-estruturas energéticas e recursos financeiros:

- Realizar projectos regionais e sub-regionais de transporte, armazenamento, distribuição e aprovisionamento que facilitem a criação de economias de escala e o estabelecimento de um mercado de energia;
- Juntar os recursos financeiros e humanos para a realização de projectos de diferentes segmentos do sector, uma vez que os custos elevados dos investimentos não permitem que um único país africano, mesmo que seja produtor de petróleo, não estará à altura de implementar (Refinarias, oleodutos, gasedutos, etc.)
- Aumentar as trocas comerciais inter-africanas (regionais e sub-regionais) em todas as áreas possíveis.

Cooperação africana em matéria de petróleo e gás, à luz das regras da OMC

- É necessário encontrar soluções regionais e sub-regionais, à semelhança de outras zonas do mercado. Esta é uma das melhores maneiras de enfrentar os desafios da globalização;
- Os países com economias mais sólidas deverão puxar os outros ao nível das Comunidades Económicas Regionais, rumo a uma integração efectiva.

Desenvolvimento de energia e substituição do petróleo:

- Prioridade à promoção de energias renováveis e limpas tais como a hidro-electricidade, a energia eólica, solar, geométrica bem como biocombustíveis;
- Diversificação de fontes de energia para aumentar o acesso e a segurança energética a médio prazo, através da redução do uso do petróleo na balança energética;
- Melhor identificação, quantificação e planificação da oferta e da procura da energia.

46. Em conclusão, a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e as Comunidades Económicas Regionais têm papéis estratégicos e complementares a desempenhar para o sucesso do futuro energético e do desenvolvimento da África.

C. Mecanismos do Fundo Africano do Petróleo

47. Os mecanismo e funcionamento criam normas e procedimentos destinados a regulamentar as operações do fundo desde o início das suas actividades. Esses mecanismos poderão ser revistos com base nas lições aprendidas da prática. Qualquer revisão deverá ser aprovada pelos órgãos do fundo.

Modalidades de gestão do fundo

48. Foram propostos três esquemas plausíveis de gestão, com ênfase nas vantagens e nos inconvenientes de cada opção. Trata-se de: (i) Fundo de funcionamento como uma entidade autónoma com custos de estruturas bastante elevados; (ii) Fundo colocado numa instituição financeira; (iii) Fundo cuja gestão é assegurada por uma terceira instituição com uma competência reconhecida sobre a matéria.

49. Os Ministros optaram pelo terceiro esquema, o que permitirá uma grande economia em meios operacionais.

Estruturas de gestão do fundo

50. A composição das estruturas propostas é a seguinte:

- **Conselho Geral:** Este órgão será constituído por dezasseis (16) membros, devendo integrar representantes de todos os potenciais contribuintes do fundo, nomeadamente, quatro (4) representantes dos Estados Membros da União Africana; Instituições Regionais; Parceiros de Desenvolvimento, OPEP e Companhias Petrolíferas que operam em África. O Conselho Geral integrará também uma categoria de membros observadores.
- **Conselho de Supervisão:** Este órgão será composto por cinco (5) membros designados entre os membros do Conselho Geral para um mandato renovável de três (3) anos. Os representantes da Comissão da União Africana (CUA) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) serão membros permanentes do Conselho de Supervisão. O representante da CUA será, por outro lado, o Presidente Permanente do Conselho.
- **Director Executivo:** Ele assegurará a gestão diária do Fundo. Será nomeado pelo Conselho Geral por um mandato de três (3) anos renovável uma única vez.
- **Comité Técnico:** Trata-se de um órgão consultivo, cujo mandato consiste em assessorar todos os outros órgãos do Fundo em questões técnicas, incluindo as que estão ligadas à análise e avaliação de projectos, numa base pontual. Este órgão será composto por três (3) a sete (7) pessoas designadas pelo Conselho de supervisão, por período de três (3) anos.

Objectivo e áreas de intervenção do fundo:

51. O objectivo principal do fundo é de utilizar os recursos mobilizados junto dos doadores para prestar assistência aos países importadores de petróleo com baixos rendimentos, de modo a aliviar os efeitos nefastos da subida do preço desta fonte energética nas respectivas balanças de pagamento.

52. O fundo poderá eventualmente financiar outras áreas potenciais de intervenção tais como: apoio às iniciativas de carácter geral, assistência técnica nas negociações de acordos petrolíferos, gestão dos rendimentos do petróleo, criação de dados sobre a indústria petrolífera, apoio aos estudos e programas relativos às energias de substituição, etc.

Recursos do fundo.

53. O projecto prevê contribuições anuais obrigatórias de todos os Estados Membros da União Africana. Todavia, seria melhor mobilizar recursos para a

cobertura das necessidades dos países por um período de três (3) a cinco (5) anos. No entanto e para a sustentabilidade e a apropriação do fundo pelos países africanos, os Estados importadores deverão igualmente participar na alimentação do referido fundo. O projecto propõe subordinar o lançamento efectivo do fundo à mobilização de contribuições que atingem pelo menos 100 milhões de \$EU.

Instrumentos de assistência financeiras:

54. O Fundo poderá conceder donativos ou créditos concessionais, ou ainda a utilização simultânea destes dois instrumentos. Nenhum donativo poderá exceder dois milhões de \$EU.

Critérios de alocação:

55. Relativamente a este ponto, o montante a ser alocado a cada país será determinado com base em três factores com uma ponderação diferente: um factor que reflecte o peso da subida do preço do petróleo para o país e o seu efeito na balança de pagamentos, um outro factor ligado à boa governação e um último factor que toma em consideração a situação geográfica dos países sem acesso ao mar.

56. O projecto propõe um período inicial de 20 anos para a vigência do Fundo.

57. Na sequência da análise destas propostas, os Ministros apresentaram algumas preocupações relativas:

- À estrutura dos órgãos do Fundo principalmente a fraca representatividade dos Estados Membros da União Africana e os critérios de elegibilidade às subvenções ou empréstimos;
- À necessidade de escolher uma modalidade de gestão eficaz e pragmático no início, incluindo a administração que consiste em colocar o fundo junto do Banco Africano de Desenvolvimento;
- Ao dinamismo a ser imprimido ao Fundo, tomando em conta igualmente o caso de baixos rendimentos do petróleo e os seus efeitos para os países produtores;
- À necessidade de limitar os donativos e encorajar empréstimos concessionais;
- À procura de soluções para tornar o Fundo atractivo às diferentes categorias de contribuintes;

- À necessidade da sustentabilidade da criação do Fundo através do reforço do sistema energético africano, melhoria das capacidades de armazenamento e de distribuição dos países africanos bem como o aprovisionamento de outras fontes alternativas de energia;
- À necessidade de antecipar e preparar-se tal como os outros países e regiões do mundo na era pós-petróleo;
- À identificação de etapas posteriores à implementação do Fundo (avaliação das necessidades, avaliação do montante mínimo do início do projecto e das capacidades de mobilização de recursos dos diferentes doadores).

58. Em jeito de conclusão deste ponto, os Ministros deixaram orientações para a implementação das recomendações formuladas pelos Peritos. Trata-se principalmente de:

- Assegurar uma boa gestão do fundo, limitar os donativos e dar prioridade aos empréstimos em condições concessionais;
- Aumentar a representatividade dos Estados Membros da UA no seio do Conselho Geral do Fundo, exigir a sua participação na criação do Fundo e que apenas os países que contribuíram poderão ser eleitos;
- Facilitar e acelerar a implementação e o início das actividades do Fundo, confiando a sua gestão ao Banco Africano de Desenvolvimento;
- Estudar as possibilidades da intervenção do Fundo para ajudar também os países produtores e atenuar os choques decorrentes de uma redução drástica do preço do petróleo,
- Além da assistência imediata para aliviar os efeitos do impacto da subida do preço do petróleo, estudar e implementar a médio e longo prazos: a dinamização e o reforço do sistema energético africano tendo em vista a sua sustentabilidade (reorganização do sistema de armazenamento e de distribuição; reforço das capacidades de produção de outras fontes alternativas de energia em substituição do petróleo e gás;
- Iniciar contactos preliminares para a sensibilização e mobilização de potenciais instituições que poderão contribuir para o fundo;
- Explorar as vias e os meios para tornar o sistema do Fundo atractivo aos Estados Membros da UA, importadores ou não, aos produtores que não atingidos pelos efeitos da subida do preço do petróleo.

59. O estudo estimou em menos de 100 milhões de \$EU o montante inicial do Fundo. Para o efeito, os Ministros solicitaram para se proceder a uma avaliação das reservas do Fundo necessárias para os próximos três (3) a cinco (5) anos, tendo como base as necessidades dos países para equilibrar as respectivas balanças de pagamentos, na sequência das subidas actuais e projectadas do preço do petróleo.

60. As diferentes observações sobre o relatório dos peritos foram tomadas em consideração e incorporadas na versão final.

61. A Conferência dos Ministros, depois de uma análise profunda do relatório dos Peritos, adoptou-o com emendas.

VII. PROPOSTA DA REPÚBLICA ÁRABE DO EGIPTO

62. A República Árabe do Egipto propôs à Conferência a criação, em Cairo, no seio do Ministério do Petróleo, de um Bureau de Ligação a fim de ajudar a Comissão da União Africana e os Estados Membros, sem implicações financeiras, nas actividades relativas ao sector dos hidrocarbonetos, incluindo a implementação do Plano de Acção adoptado pela Conferência. Para o efeito, os Ministros felicitaram a República Árabe do Egipto por esta iniciativa e solicitaram à Comissão da União Africana para analisar, em colaboração com o país proponente, as modalidades de implementação desta oferta.

VIII. ANÁLISE E ADOÇÃO DA DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL

63. Depois da análise do projecto da Declaração que lhes foi submetido, os Ministros deram ricas contribuições para a melhoria do documento tanto na forma como no fundo.

64. Os Ministros decidiram, entre outros, que a gestão dos recursos e das actividades do Fundo Africano do Petróleo seja confiada ao Banco Africano de Desenvolvimento bem como criação, sob a égide da Comissão da União Africana, da Conferência dos Ministros Africanos dos Hidrocarbonetos com órgão central de coordenação continental das políticas e estratégias em matérias de hidrocarbonetos.

65. Além disso, os Ministros comprometeram-se a trabalhar para, por um lado, criar entrepostos regionais para melhorar o armazenamento e a distribuição de produtos petrolíferos para os países não produtores, principalmente os que não têm acesso ao mar e, por outro lado, promover projectos regionais de integração, gasedutos, oleodutos, refinarias regionais assim como a exploração conjunta de jazidas petrolíferas transfronteiriças, devendo dar prioridade a este aspecto ao nível dos respectivos governos.

66. As diferentes emendas que foram feitas permitem a conclusão deste documento que foi adoptado por aclamação. A Declaração da Conferência Ministerial, que foi igualmente adoptada, está anexada ao presente relatório.

IX. ANÁLISE E ADOÇÃO DO PROJECTO DO PLANO DE ACÇÃO

67. O projecto do Plano de Acção analisado pelos Ministros articula-se em torno dos quatro (4) pontos principais que se seguem:

- a) Medidas para aliviar os efeitos da subida do preço do petróleo;
- b) Medidas que visam a maximização dos rendimentos petrolíferos dos países produtores;
- c) Medidas para aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos produtos petrolíferos;
- d) Outras acções.

68. O projecto do Plano de Acção, analisado e emendado pelos Ministros, foi adoptado e figura em anexo ao presente relatório. Os Ministros solicitaram à Comissão da União Africana para tomar as medidas apropriadas, em colaboração com todos os actores interessados, com vista à implementação, nos melhores prazos possíveis, das actividades previstas no referido Plano de Acção.

X. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

69. O Ministro das Minas e Energia da República da Guiné Equatorial apresentou, em nome de todas as delegações a moção de agradecimentos.

70. Os trabalhos da Conferência Ministerial foram encerrados pelo respectivo Presidente, o Ministro do Petróleo da República Árabe do Egipto.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report on the first African Union conference of ministers responsible for hydrocarbons (oil and gas)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4212>

Downloaded from African Union Common Repository